

ATA DA DÉCIMA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 04-3-2020.

---

Aos quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Aninha do IAPI, Cassio Trogildo, Cláudio Conceição, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Hamilton Sossmeier, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Cassiá Carpes, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Moisés Barboza, Aldacir Oliboni, Idenir Cecchim, Roberto Robaina, Mauro Pinheiro e Aninha do IAPI. Na oportunidade, foi apregoado o Processo SEI nº 019.00004/2020-31, por meio do qual é autorizada Representação Externa de Airto Ferronato, no dia dois de março do corrente, na solenidade de lançamento do carimbo e do selo comemorativos ao centésimo trigésimo aniversário da Secretaria Estadual da Fazenda, em Porto Alegre. Também, foi apregoado requerimento de autoria de Cassio Trogildo, Líder da Bancada do PTB, solicitando, nos termos do artigo 218, § 6º, do Regimento, Licença para Tratamento de Saúde para Paulo Brum do dia vinte e seis ao dia vinte e oito de fevereiro do corrente. Ainda, foram aprovados os seguintes requerimentos, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares: de autoria de Ricardo Gomes, nos dias quatro e cinco de março do corrente; de autoria de Airto Ferronato, do dia nove ao dia treze de março do corrente. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Paulo Brum, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 004, 001/20, discutido por Engº Comassetto, Valter Nagelstein e Adeli Sell, e 002/20, discutido por Engº Comassetto e Valter Nagelstein, o Projeto de Lei do Legislativo nº 168/19 e o Projeto de Lei do Executivo nº 001/20; em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 251, 253, 255 e 261/19 e os Projetos de Resolução nºs 061 e 066/19. Às quinze horas e vinte e cinco minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo para ingresso na Ordem do Dia, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Paulo Brum e Mendes Ribeiro e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

---

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Quero saudá-lo, Ver. Paulo Brum, comandando os trabalhos da Casa. Eu quero avisar aqui que eu quero votar “sim” ou “não” - essa é a prerrogativa do vereador. Mas eu estou vendo aqui no plenário, há vários dias, um conflito entre a base do governo e o governo Marchezan. Isso é ruim para a Casa, isso é ruim para Porto Alegre, isso é ruim para todos nós. Vamos votar, gente! Tem gente aqui dizendo que não vai dar quórum na Ordem do Dia. (Aparte antirregimental.) Bom, pode não dar, mas tem que assumir, mas nós temos obrigação de votar. A briga com o prefeito é outra coisa; a Câmara é independente, tem as suas prerrogativas e naturalmente nós temos que votar sob pena de fazer o que o prefeito está fazendo na mídia, que é jogar a culpa na Câmara. Não é verdade, ele tem que se acertar com a sua base que não é confiável, porque é só na base do toma lá dá cá. Essa é a realidade. A realidade aqui na Casa é outra, nós temos que votar por Porto Alegre. Eu vejo aqui várias bancadas que não aparecem, não querem votar. Não é bom para a Casa. Eu quero votar e peço que a minha base, que o meu partido, o PP, venha ao plenário, vamos dar a Ordem do Dia, Ver.<sup>a</sup> Mônica, Ver. Nedel, porque, senão, num ano eleitoral, a Câmara vai pagar como um todo, não escapa ninguém. Nós temos que mostrar ao prefeito que o Legislativo quer votar. Quando eu falo em querer votar, eu não estou dizendo que tem que ser a favor do prefeito – não! Vota “sim” ou vota “não”, mas tem que votar.

Está na Pauta de hoje aquele processo dos carros que são cobrados, tipo pedágio, em Porto Alegre. Vamos derrubar logo isso aí, isso é uma vergonha para Porto Alegre, aqui não é uma ilha. Tem vários vetos de vereadores que são inclusive da base do governo, que estão meio tristes com o governo, tristes com o Marchezan, mas não perdem os cargos, aquele joguinho que todo mundo sabe: segura o cargo lá, o prefeito não tem coragem, ele não tem coragem de tirar o cargo desses vereadores, não tem coragem! Eu sabia que isso ia acontecer, ano eleitoral; o prefeito vai para a mídia, fala uma coisa, aqui acontece outra, aqui não depende. Quem está nos ouvindo em casa sabe: aqui não depende do prefeito, nós somos vereadores de Porto Alegre, nós somos do Legislativo, nós não somos do Executivo, mas temos a prerrogativa de votar “sim” ou “não”. Se nós começarmos a não dar quórum aqui, desculpem a minha opinião, tem gente que não gosta da minha opinião, mas é verdade, se não dermos quórum, a população vai taxar a Câmara, porque a Câmara, como diz o prefeito, não está votando. Gostem ou não gostem do prefeito, o problema é dele lá na Prefeitura, e nós aqui. Bosco, eu sei que a tua emenda é muito salutar, é muito boa, mas não podemos misturar a Câmara com uma emenda parlamentar, não dá para misturar. Nós temos que assumir a nossa posição, nós precisamos votar “sim” ou “não”, vamos derrubar esses vetos se for possível, vamos derrubar esses projetos do prefeito que vêm aí fazer pedágio em Porto Alegre, isso é uma vergonha. Então, essa é a minha opinião, eu quero votar, estou aqui para votar.

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

**VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP):** Eu gostaria que todos os vereadores votassem, porque é o seguinte: o prefeito não manda na Câmara, e nós não podemos ficar dependendo de prefeito para votar. Até fica ruim: o Presidente da Câmara vai lá na CDL, tem um projeto para votar e empurrar a Câmara para votar, e nós não estamos votando, porque o prefeito está de briga com a sua base, essa é a realidade. Aí fica todo mundo aqui fazendo joguinho: “Não, mas eu não sei...” Sabe sim, tem uma briga muito forte da base do governo com o governo...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** Apregoo o processo SEI nº 019.00004/2020-31, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que solicita representar esta Casa na solenidade de lançamento do carimbo e selo comemorativos aos 130 anos da Secretaria Estadual da Fazenda – Sefaz, na cidade de Porto Alegre, no dia 2 de março de 2020.

O Ver. Cassio Trogildo, na condição de líder da bancada do PTB e nos termos do art. 218, § 6º do Regimento, solicita Licença para Tratamento de Saúde para o Ver. Paulo Brum, no período de 26 a 28 de fevereiro de 2020.

O Ver. Ricardo Gomes solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 4 a 5 de março de 2020. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Airto Ferronato solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 9 a 13 de março de 2020. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT):** Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, o Ver. Cassiá Carpes fez um discurso contundente, é um vereador correto, íntegro, conceituado, mas essa questão de dar quórum ou não dar quórum é constitucional. Levanta a mão quem nunca deixou de dar quórum aqui. Vamos levantar a mão. Quem é que nunca deixou de dar quórum aqui? Vou fazer outra pergunta: quem esteve no plenário e não deu quórum? Todo mundo fez isso aqui. Todo mundo. Aí tem vereador que, quando não dá quórum, fotografa o painel e vai para as redes sociais dizer que os vereadores não querem trabalhar, mas esses vereadores que botam no Twitter, são os mesmos vereadores que também não dão quórum. Também não dão quórum! Essa questão, Cassiá, eu também acho que precisa ser votada, eu também acho, agora não dar o quórum é uma questão constitucional, está no Regimento

Interno. Às vezes o próprio prefeito manda tirar o quórum, a própria base manda tirar o quórum! Nós, independentes, tiramos o quórum! Isto é política, pessoal: o quórum sempre é tirado até que se consiga um entendimento, até que as matérias, Ver. Mauro, estejam maduras! Ninguém tira o quórum porque não quer trabalhar, como dizem alguns vereadores que postam nas redes sociais, que são campeões de tirarem o quórum também. Tirar o quórum é ganhar tempo para negociar.

Ver. Cassiá, em relação a esse mandado de segurança, essa liminar que eu ganhei em relação ao Porto Seco – eu não iria falar isso aqui, nem quero falar –, eu tenho recebido, Ver. Cassiá e colegas, dezenas e dezenas e dezenas de elogios por essa ação, mas eu não me sinto gratificado; eu me sinto envergonhado de um vereador ter que ir à justiça, a justiça perder o seu tempo para dizer que o prefeito tem que limpar o que é trabalho dele. Vou dizer mais: com cinco mandatos consecutivos eu nunca fui à justiça. E vou explicar, Ver. Mauro, o que V. Exa., meu amigo, não sabe, os senhores não sabem: eu fui à justiça porque o prefeito Marchezan, depois de três anos matando o carnaval à míngua, foi à escola Bambas da Orgia, fez uma solenidade e anunciou repasse para as escolas de R\$ 982 mil! Ele que disse que não tem dinheiro para nada, mas foi lá repassar R\$ 982 mil para as escolas de samba – vocês precisam saber disso. Quando eu o encontrei lá, eu disse a ele: “Sr. Prefeito, bonito, o senhor está passando R\$ 982 mil para as escolas de samba, mas elas estão preocupadas com o Porto Seco, que tem foco de mosquito, tem rato, tem cavalo morto...” Resposta dele para mim na frente do secretário Alabarse e dos presidentes de escola de samba: “Olha aqui, não vou cumprir a tua emenda, não vou limpar e avisei o Cassio que não vou cumprir, porque o Cassio não falou comigo para fazer esse projeto”. Aí eu perguntei: “Sr. Prefeito, o vereador precisa falar com o prefeito para fazer um projeto?” “Não.” Então eu chamei o secretário Alabarse e disse para ele ouvir o que o prefeito estava dizendo. E ele disse isso. Como levou uma semana e ele não entrou na justiça, eu entrei na justiça, e eu só ganhei – vou deixar claro para todos aqui –, porque a PGM, que defende o Sr. Prefeito, entrou no processo e disse – está escrito, quem quiser, eu tenho cópia: “as emendas impositivas são legais, constitucionais, foram aprovadas pela Câmara”. E, aí, o DMLU disse: “Nós precisamos mesmo limpar, custa R\$ 15.000,00, mas a Cultura, que faz a administração, tem que nos repassar o dinheiro”. E a Fazenda se pronunciou no processo, dizendo que queriam liberar o dinheiro, mas tinha que mandar os projetos de lei para lá. Eu só ganhei porque a própria PGM disse que é legal. Só por causa disso. Encerro dizendo que essa questão de tirar o quórum, de não dar quórum, é para se ganhar tempo para se chegar a um denominador comum. É difícil conversar com o Sr. Prefeito? É difícil, mas nós temos um líder aqui que é acessível, temos um vice-líder que é acessível e a gente pode avançar de alguma maneira ou de outra. Ver. Mauro Pinheiro. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Boa tarde a todos e a todas. Quero agradecer aqui o espaço do Partido dos Trabalhadores, o líder, Ver. Adeli Sell, que me concede a possibilidade de falar em nome do partido. Vou passar um vídeo que quero deixar de conhecimento da Câmara e, portanto, de conhecimento da Cidade. São pais no primeiro dia de aula da Escola Rincão, que está com dez professores a menos. Isso não é um caso isolado, posso citar aqui as escolas Gabriel Obino, Anísio Teixeira, Larry, Salomão, Alberto Pasqualini e tantas outras em que o prefeito Marchezan, Ver.<sup>a</sup> Mônica Leal, está querendo de uma certa forma privatizar as escolas. Por decreto, e esse foi o tema tratado ontem na CECE, ele quer colocar as OSs dentro das escolas, retirando a possibilidade dos professores concursados darem aula em parte do turno. O Marchezan já comprou essa briga nos primeiros momentos da gestão, mudou a rotina escolar e faz uma traição à própria Câmara que deu acordo, no tema da eleição dos diretores de escola, Ver.<sup>a</sup> Karen Santos, deu acordo para aprovar emenda do Ver. Idenir Cecchim, Ver. Mauro Pinheiro, que garantia que aqueles diretores e diretoras, eleitos no processo do ano passado, tomassem posse - não está dando a posse. Não está dando a posse! Gostaria que agora colocassem o vídeo – são pais e mães da escola Rincão no primeiro dia de aula.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

**VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT):** Eu queria só mostrar um pouco do clima de indignação de pais e mães que, no primeiro dia de aula, precisam se reunir e protestar contra um prefeito que ataca a cidade de todos os lados. E é muito curioso que essa ideia que o prefeito traz vem imbuída da ideia da meritocracia, como se a sociedade, os cargos disputados nos postos de trabalho ou no vestibular fossem frutos da meritocracia.

Está aqui o prefeito retirando a possibilidade de as crianças se formarem no mesmo patamar de quem consegue pagar uma escola particular, que não apresenta a falta de professores, como está fazendo o prefeito Marchezan. Então, é um absurdo o que acontece nesta cidade - desde o primeiro dia até o último será guerra, uma guerra provocada não pela oposição, como muitos costumam dizer aqui, mas nesse caso aqui, Ver. Cassiá, que subiu à tribuna agora há pouco, pela própria base. O prefeito está brigando com sua própria base, imobilizando a Câmara em inúmeros projetos que poderiam ser aprovados, inclusive nessa tarde. Então, fica aqui o nosso protesto. A gente trouxe aqui essa imagem para dar voz, perante a Câmara Municipal, do que está acontecendo em inúmeras escolas do nosso Município. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB):** Boa tarde, presidindo nossos trabalhos, Ver. Paulo Brum, colegas, membros representantes de instituições que estão aqui hoje, na tentativa de acompanhar a discussão do Fundo Municipal da Inovação Tecnológica. Eu peço aqui a utilização deste tempo para registrar e colocar à disposição para os colegas vereadores, Ver. Mauro Pinheiro, líder do governo, algo sobre uma notícia que recebemos há alguns dias de um material gráfico do Simpa, do Instituto de Debates, Estudos e Alternativas de Porto Alegre, da Astec – instituições que nós sabemos que militam num campo ideológico e que tem as suas, vamos dizer assim, partidarizações sendo distribuídas na Prefeitura. Eu trouxe aqui o material. (Mostra o material.) Quero elogiar à gráfica que o produziu, porque é um material caro – eu conheço, porque trabalhei na Gráfica Nova Prova há muitos anos –, eu sei que esse material é caro, precisa de dinheiro para fazer esse material. Ele leva a assinatura aqui do Simpa, da Astec e do Instituto de Debates, Estudos e Alternativas de Porto Alegre. A capa diz assim: “A verdade sobre as finanças da Prefeitura de Porto Alegre”. Isso aqui é uma *fake news* oficial. Eu nunca tinha visto isso! Eu quero pedir atenção dos nobres vereadores da CEFOR, que são de vários partidos – eu vou entregar ao Ver. Idenir Cecchim, presidente da CEFOR. Isso é um desrespeito a esta Casa, porque o que está escrito aqui são mentiras acumuladas, antagônicas ao material que os vereadores da CEFOR utilizam. Então quero deixar registrado aqui o meu repúdio, a minha revolta a uma *fake news* oficial impressa, com dinheiro do Sindicato dos Municipários, com seus patrocinadores, que sejam eles dos partidos que forem. E dizer para os nobres vereadores: não adianta só a gente combater as *fake news* diariamente das redes sociais, agora, a gente tem que combater também as *fake news* que estão sendo distribuídas aos órgãos públicos, aos servidores do Município e também a outras pessoas, um material mentiroso! Quero deixar aqui registrado um desafio: que se apresente o autor, o mentor daqueles dados, que eu estou pronto aqui, no gabinete nº 233, para debater todos os índices mentirosos que estão impressos ali. É assim que essa turma faz política! É assim que eles fazem: lá na ponta, com dinheiro do sindicato, do partido político, fazendo a campanha destrutiva, diariamente mentindo, usando dados deturpados para fazer a velha política de angariar apoio de massa através da raiva. Então está feito o registro e eu lamento muito que a política ainda tenha esses episódios. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

**VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT):** Sra. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos acompanha nesta tarde, o Ver. Moisés traz aqui uma notícia interessante, na medida em que mostra uma publicação que foi apresentada, segundo ele por sindicatos, mais precisamente o Simpa, e que mostra um pouco da realidade que passou o governo Marchezan nesses últimos três anos, Ver. Bosco. O prefeito municipal disse, nos três anos, que terminou com o déficit, e esse

relatório mostra que terminou os três anos com superávit. Quem está cometendo *fake news*? É o governo ou o cidadão ou cidadã que apresentaram esse relatório? Eu li, vi e acreditei no relatório, porque, de fato, a lei orçamentária, inclusive aprovada aqui nesta Casa, mostrava claramente os recursos, para onde foram destinados. E nós podemos até falar por nós mesmos, que existe essa enorme contradição do governo em dizer que não tinha recurso, mas tinha, como disse o Ver. Bosco, quando o prefeito vai num determinado lugar e libera o recurso. Não é o contrário do que ele diz agora, querendo entrar com uma ADIn sobre a questão das emendas impositivas. Nós percebemos claramente que o prefeito não ouve nem mesmo a base dele, não ouve nem mesmo o secretariado dele. O prefeito de Porto Alegre é uma única opinião, é como ele quer, tanto é que, quando mandou, no recesso, Ver.<sup>a</sup> Mônica, o pacote da mobilidade, ele manda os projetos para a Câmara e sai de férias. Pois nas duas sessões que nós tivemos aqui durante o recesso não houve quórum, porque nem a base do governo sabia o que fazer. Agora, o nobre Ver. Mauro, líder do governo, pede para que, na próxima semana, nós tenhamos reunião conjunta das comissões para aprovarmos ou votarmos em, no máximo, quatro projetos dos seis projetos apresentados. Vocês sabem por que, senhoras e senhores? Porque, na semana que vem, sobe a passagem de R\$ 4,70 para R\$ 5,20 e, se a Câmara não votar, ele vai dizer que a culpa é dos vereadores, Ver. Nilton! Mas como a culpa é dos vereadores, se nem ele sabe qual a repercussão financeira para poder, de fato, viabilizar a proposta dele, que é uma grande *fake news*, de que a passagem, no próximo ano, poderá ficar em R\$ 2,00? Ora, ora prefeito, caia na realidade! Caia na realidade porque Vossa Senhoria, prefeito, ao longo dos três anos, tirou a segunda passagem e não baixou o valor; tirou a gratuidade dos idosos de 60 a 64 anos e não baixou a passagem; aprovou aqui na Câmara o tempo de vida útil dos ônibus de 10 para 13 anos e não baixou a passagem. Existe uma lei municipal que obriga as concessionárias a renovarem a frota a cada ano em 10% do total da frota; nesses últimos três anos, não houve renovação dos 10% da frota, e não mudou nada o valor da passagem. Pois, agora, o governo está dizendo que as concessionárias vão aumentar. Pois é evidente, embora nós votemos os projetos, ele não vai deixar de subir a passagem. Ele quer onerar o cidadão no aumento da passagem e nos projetos que ora mandou para Câmara. Por favor, acorda Marchezan! Três anos a cidade abandonada! Por favor, trabalhe para a população, mas para todos e não para uma pequena minoria de empresários. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** Obrigado, vereador. O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB):** Obrigado, Presidente Paulo Brum. Eu queria iniciar a minha fala fazendo homenagem ao cidadão lá do Jardim Itu-Sabará, o Vanderlei, mais conhecido como Sansão, que nos deixou ontem. Um homem que praticava e era apaixonado pelo jogo de bocha. O Vanderlei, o Sansão, que nós

conhecemos nas canchas de bocha na comunidade, foi sempre um homem participativo na sociedade, um pequeno empresário, homem de família, de uma grande família de dez irmãos, agora só restam sete. O Vanderlei, Sansão, partiu, nos deixou, que Deus o tenha. E o que eu quero dizer a ele é: Vanderlei, você cumpriu com a sua missão, vai em paz e nós ficamos aqui, seguindo os seus bons exemplos.

Sr. Presidente, eu até fico feliz, Ver. Mendes Ribeiro, porque o PT esqueceu o “Lula livre!” e começou com o “Acorda, Marchezan!” - mudou o discurso! É bom isso, não tem mais o que falar do Lula, agora o Lula é que está dormindo, porque ninguém mais fala dele, então eles mudaram de “Lula livre!” para “Acorda, Marchezan!” Eu acho, com relação às cartilhas de alguns partidos, que há vereadores que não seguem muito as cartilhas. Eu vejo, por exemplo, o Ver. Adeli Sell trazendo à tribuna assuntos críticos, ácidos, de maneira forte; mas há muitos vereadores que vão pela cartilha escrita. Agora, a cartilha é o “Acorda, Marchezan!” Acho que vamos tocar uma sineta, vamos chamar o CPERS para tocar a sineta, que daí acorda todo mundo. O CPERS, que é dessa turma, pode fazer esse trabalho do “Acorda, Marchezan!”, que já está ficando chato. Eu não tenho aqui procuração do prefeito para defendê-lo, e também não estou fazendo isso, só que eu acho que isso já está cansando, “Acorda, Marchezan!”, “Acorda, Marchezan!” Acho que a cidade de Porto Alegre precisa que se acordem todos os setores; todos nós temos responsabilidade com esta cidade. E que bom que este é um ano eleitoral, pois espero que se faça com que – aqui na Câmara, nos partidos que têm candidato e naqueles partidos que só têm candidato a vereador também - se contribua com a cidade, que se fale no futuro, que se apresentem projetos para o futuro, para que a cidade de Porto Alegre seja alegre sempre. Nós temos muitos motivos para comemorar na cidade, principalmente as pessoas, as entidades que trabalham, não aquelas que recebem dinheiro dos seus colegas para fazer campanha, como essa que o Ver. Moisés mostrou ali, um monte de dinheiro que sai dos próprios colegas para fazer propaganda de alguns que estão nos sindicatos. Então a minha conclamação é para que nós façamos juntos uma grande cruzada neste ano de 2020. Eu respeito muito as posições a favor ou contra, mas eu tenho certeza de que a intenção de todos é para que a cidade melhore, para que a população melhore, e isso nós vamos fazer e vamos pregar: cada um fazendo a sua parte e nós teremos Porto Alegre mais desenvolvida e mais alegre. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL):** Boa tarde, Presidente Brum, vereadores e vereadoras, público que assiste essa sessão pela TV Câmara, eu quero ser muito sucinto e dizer que há assuntos que são fundamentais do debate público que nós devemos acelerar e colocar em votação na Câmara de Vereadores. Um dos temas fundamentais é o tema ligado ao transporte público: o governo chamou, durante o



processo de recesso, uma sessão extraordinária, fez uma convocação extraordinária para debater o tema da mobilidade urbana, do seu projeto chamado pacote da mobilidade urbana, e naquela oportunidade nós fizemos um trabalho de obstrução, impedimos que houvesse um processo de votação. Mas é importante que se diga que nós fizemos isso porque naquela oportunidade o único projeto que legalmente poderia ser posto em votação era um projeto com o qual nós não concordávamos, que era um projeto que liquidava a categoria dos cobradores e produzia desemprego na cidade de Porto Alegre, e o desemprego não faz bem para o desenvolvimento da cidade. Nós temos que ter projetos de desenvolvimento, de produção de riqueza e de renda, não desemprego, que gera diminuição do consumo, portanto diminuição da renda, diminuição da produção e um processo recessivo crescente.

Nós falávamos, naquela oportunidade, que nós aceitávamos debater projetos que melhorassem a situação de Porto Alegre. Hoje, Ver. Cecchim, eu escrevi um artigo para o jornal Zero Hora – levando em conta, inclusive, o que o senhor dizia sobre a importância de se debater e de se votar – me colocando à disposição do conjunto das bancadas para que a gente aprove muito rapidamente, de modo urgente, a taxa de mobilidade urbana, que é parte do pacote que foi apresentado para a Câmara, que nós queremos votar, que nós queremos aprovar, porque, com essa taxa, caso ela de fato seja aplicada, se poderia reduzir inclusive para tarifa zero, ou melhor, se abolir a tarifa do transporte de ônibus. Os técnicos da EPTC nos afirmam isso, não são cálculos do PSOL, simplesmente. Na CUTHAB, Comissão que estou presidindo, fizemos uma reunião que debateu o assunto, fizemos uma reunião com técnicos do Instituto de Arquitetura, com economistas, com assessores da própria CUTHAB, fizemos os nossos cálculos que demonstram que com essa a taxa se pode zerar o preço da passagem. Então nós queremos votar; queremos votar porque nós queremos tarifa zero! Por incrível que pareça, às vezes diziam: “Ah, não, é impossível tarifa zero, transporte gratuito é impossível, é utopia”. Pois, vejam só, foi apresentado um projeto por técnicos da EPTC – não é do governo do PSOL –, em nome do prefeito Marchezan, assinado pelo prefeito Marchezan, que prevê a possibilidade econômica de se garantir tarifa zero! Então eu aviso, Mauro, que nós estamos dispostos não só a dar quórum, mas a votar esse projeto. Eu sei que ele não tem aplicação imediata, justamente, porque exige que seja só pelo ano seguinte, porque, na medida em que toca na questão dos impostos, não pode ter incidência imediata. Anuidade é a exigência legal. Então, nós sabemos disso, razão pela qual nós vamos votar, por exemplo, o fim dos 3% para a administração. Obrigado, Presidente, é um debate que nós queremos fazer com o conjunto dos vereadores e das vereadoras. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** Obrigado, vereador.

Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após

retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE):** Vereador Paulo Brum, presidindo esta sessão; demais vereadores e vereadoras; público que nos assiste; TVCâmara e galerias; quero responder ao Ver. Robaina e ao Ver. Marcelo, que mostrou a dificuldade das escolas, a falta de professores em algumas escolas. Eu tive dificuldade de prestar atenção em toda a sua fala, Ver. Robaina, porque estava falando com o secretário municipal de educação, e ele me passou alguns dados. Realmente, agora, no início do ano letivo, algumas escolas estão passando por algumas dificuldades, falta de professores, mas medidas estão sendo tomadas, Ver. Marcelo. Por exemplo, no ano passado, foi feito um concurso, e somente 10% dos professores que se candidataram e fizeram a prova passaram. Então, todos eles foram contratados. Vai se fazer um novo concurso para podermos contratar novos professores. Todos que passaram no concurso já foram contratados. Nós não temos como contratar novos professores através de concurso público, porque depende de um novo concurso e tem toda uma burocracia. A Secretaria de Educação vai preparar um novo concurso público.

Quanto à questão de emergenciais, no ano passado, nós aprovamos aqui, nesta Casa, dois projetos de lei que autorizam a contratação emergencial. Numa das contratações emergenciais, foram contratados 260 professores, que estão trabalhando, e, depois, foi aprovado o número, novamente, até 1.060, se eu não me engano. Esta semana, já está se providenciando a contratação de novos professores, com contrato emergencial para suprir essas vagas. Além disso, foi autorizada a contratação de assistentes administrativos; foi feito um concurso, estão sendo chamados para assumir funções na Secretaria Municipal de Educação no lugar de professores que faziam esse trabalho administrativo, Ver. Marcelo. Então, os professores que estavam na SMED vão ser substituídos por servidores, assistentes administrativos, e esses professores voltarão para as escolas, para a sala de aula, para suprir essa necessidade de professores. Foram nomeados professores do concurso, foram contratados professores de forma emergencial, estão sendo contratados assistentes administrativos para a SMED, para substituir os 49 professores, em média, que estavam na secretaria, para eles voltarem a dar aulas nas escolas. Também está sendo feito – pode, inclusive, causar algum problema de acerto em algumas escolas neste momento –, no turno inverso, 160 professores que eram utilizados para outras atividades que não a de dar aula estarão voltando à sala de aula. Para substituí-los, a Prefeitura está fazendo contratos com as instituições para que elas possam prestar o trabalho nas escolas, o trabalho no turno inverso, e esses professores passarão a dar aula. A gente acredita que, nos próximos dias, se consigam resolver esses problemas.

Se os vereadores tiverem mais alguma colocação ou se quiserem mais algum esclarecimento, nós nos colocamos à disposição do Ver. Marcelo e dos demais vereadores para que possamos estabelecer um bom diálogo, tanto com as escolas quanto

com os vereadores, para ficar bem claro o que está acontecendo na educação e a preocupação que se tem com a educação no Município de Porto Alegre.

Ver. Robaina, quanto à passagem de ônibus, quero dizer que, hoje, ainda na reunião de líderes, fiz um pedido aos vereadores que possamos fazer uma reunião conjunta das comissões para que possamos acelerar o processo de votação dos projetos do transporte público, que se possa votar o mais rápido possível, sendo que este é o mês de março, é o mês de reavaliar o preço da passagem de ônibus. Se nada for feito, a passagem deve subir; a nossa preocupação é que a passagem tenha, inclusive, uma redução. Então, estamos pedindo aos vereadores – amanhã, dia 5 de março, teremos a audiência pública –, logo após a audiência pública, que possamos fazer uma reunião conjunta das comissões para avaliarmos os projetos do transporte público que estão na Casa e, dessa forma, acelerarmos a votação desses projetos, fazermos a discussão e os ajustes também para que possamos realmente baixar o preço da passagem. Eu me coloco à disposição de todos...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE):** ...para que a gente possa fazer a discussão com os vereadores, ajustando os projetos e votar o mais rápido possível. A gente sabe o quanto o transporte público é necessário numa cidade, aquelas pessoas que mais precisam é que utilizam esse transporte. Nós estamos tentando buscar uma saída para, dessa forma, ter o preço da passagem mais razoável para aquelas pessoas que mais necessitam. E também estamos aceitando opiniões e sugestões dos vereadores não só nos projetos, mas também queremos dialogar sobre o transporte público de uma forma que possamos buscar saídas e melhorar as condições do nosso transporte na cidade de Porto Alegre. Convido a todos para participarem amanhã da audiência pública, às 19h, aqui na Câmara de Vereadores. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Mendes Ribeiro assume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Obrigado, Ver. Mauro Pinheiro. A Ver.<sup>a</sup> Aninha do IAPI está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

**VEREADORA ANINHA DO IAPI (Cidadania):** Prezado Sr. Presidente Mendes Ribeiro, prezados colegas vereadores; hoje, dia 4 de março de 2020, me despeço desta Casa Legislativa com muito orgulho de ter representado, mesmo que por pouco tempo, os 1.600 eleitores que, há três anos, acreditaram no meu trabalho e na minha vontade de contribuir com a cidade de Porto Alegre. Agradeço à minha família; aos amigos; à minha líder, à deputada Ana Ortiz e também ao Ver. Professor Wambert a

oportunidade de representar a minha comunidade nesse período. Agradeço ainda aos meus colegas vereadores a recepção e deixo um agradecimento especial aos servidores da Câmara, que foram atenciosos e gentis comigo. Nesta semana, pude conhecer a rotina diária de um agente político, encaminhar as demandas da minha comunidade e região, participar da Comissão

de Urbanização, Transportes e Habitação – CUTHAB. Mesmo fora da Câmara, seguirei meu trabalho como agente comunitário buscando mais vagas nas escolas municipais, defendendo o IAPI por todos os lugares por onde passarei, buscando melhorar o dia a dia da nossa comunidade. Esta despedida não é um adeus, é apenas um até logo, nosso trabalho continua. Muito obrigada a todos.

(Não revisado pela oradora.)

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** Obrigado, Ver.<sup>a</sup> Aninha. Passamos à

## **PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR**

**(05 oradores/05 minutos/com aparte)**

### **1ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0015/20 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 001/20**, que dispõe sobre a cobrança da tarifa de congestionamento.

**PROC. Nº 0016/20 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 002/20**, que institui a taxa de mobilidade urbana (TMU), e inclui dispositivos na Lei Complementar nº 07, de 07 de dezembro de 1973, e dá outras providências.

**PROC. Nº 0048/20 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 004/20**, que altera o *caput* do art. 8º da Lei Complementar nº 850, de 17 de abril de 2019. **(Possibilidade de execução de obras em forma de contrapartida/ Outorga Onerosa do Direito de Construir no Município de Porto Alegre.)**

**PROC. Nº 0363/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 168/19**, de autoria do Ver. Felipe Camozzato e outros, que revoga a Lei nº 1.436, de 20 de julho de 1955 – que institui passagens escolares nos serviços de transporte coletivo explorados ou concedidos pelo Município –, e a Lei nº 1.775, de 20 de agosto de 1957 – que estende os benefícios da Lei nº 1.436, de 1955, aos professores.

**PROC. Nº 0014/20 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 001/20**, que dispõe sobre o credenciamento das empresas do serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros na categoria Aplicações de Internet, altera o art. 21 da Lei nº

8.133, de 12 de janeiro de 1998, e revoga a Lei nº 12.162, de 09 de dezembro de 2016, e a Lei nº 12.423, de 14 de junho de 2018. **Emendas nºs 01 a 04.**

## **2ª SESSÃO**

**PROC. Nº 0589/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 251/19**, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que inclui o evento Comida di Buteco – Etapa Porto Alegre – no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, entre os meses de abril e maio.

**PROC. Nº 0594/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 253/19**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Margarete Moraes, que concede o título de Cidadã Emérita de Porto Alegre à senhora Manuela Pinto Vieira d'Ávila.

**PROC. Nº 0599/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 255/19**, de autoria do Ver. Moisés Barboza, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Juan Pablo Davila Boeira.

**PROC. Nº 0617/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 261/19**, de autoria do Ver. Paulo Brum, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao doutor Plínio Carlos Baú.

**PROC. Nº 0597/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 061/19**, de autoria da Ver<sup>a</sup> Comandante Nádia, que Concede a Comenda Porto do Sol ao Colégio Militar de Porto Alegre (CMPA).

**PROC. Nº 0653/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 066/19**, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que concede a Comenda Porto do Sol à Colombo – Estruturas para Eventos.

**PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB):** O Ver. Eng<sup>o</sup> Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR ENG<sup>o</sup> COMASSETTO (PT):** Prezado Pablo Mendes Ribeiro, conduzindo os trabalhos desta Casa; meus colegas vereadores, vereadoras, senhoras e senhores que nos assistem pela TVCâmara, nossos visitantes, nossas visitantes aqui no plenário; há vários projetos que estão dando entrada nesta Casa, e eu vou falar aqui dos projetos do Executivo que tratam do tema da mobilidade urbana. Tem dois projetos que estão na 1ª sessão de Pauta: o projeto que dispõe sobre a cobrança de tarifa de congestionamento, ou seja, cobrar um pedágio de veículos de outras localidades que queiram ingressar em Porto Alegre; e o que institui a taxa de mobilidade urbana, que, no nosso ponto de vista, é mais uma cobrança para o usuário do

transporte público municipal. Esses projetos do governo que estão em Pauta são os mesmos projetos que tentaram votar no final do recesso, tudo num determinado dia, Ver. Cassiá, eu o ouvia falando aqui. E a nossa bancada da oposição e a bancada do PT estão aqui para votar os projetos da cidade, mas quem tem que dar quórum para votar é a base do governo, Ver. Cecchim e Ver. Mauro Pinheiro.

Ontem nós realizamos uma reunião na Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, e soubemos que o governo, por decreto, passa a mexer em toda política pública municipal de educação, e que isso influencia, Ver. Adeli, na mobilidade urbana da cidade de Porto Alegre, sem nenhum preparo. Eu quero dizer aqui que o secretário Adriano, ontem, veio à CECE e afirmou que não cumpriu e não vai cumprir o acordo feito aqui com esses vereadores, com o Legislativo municipal, quando foi aprovada a Lei dos Diretores das Escolas. O Ver. Cecchim fez uma emenda, acordada com o governo, veio aqui e disse que era um acordo da Câmara com o Executivo, e muitos vereadores votaram favoravelmente à emenda, porque era um acordo que dizia o seguinte, Ver.<sup>a</sup> Karen: que, em todas as escolas municipais que tivessem realizado as eleições para a direção escolar até a data de entrar em vigor a lei, as direções seriam empossadas pelo Município de Porto Alegre. O que está acontecendo, Ver. Alex? Não estão sendo empossadas. Aí o líder do governo vem aqui dizer que está tudo certo. Vereador Cecchim, a emenda é de sua autoria, o senhor é base do governo, nós queremos tirar a limpo isso. Afinal de contas, o governo cumpre acordo ou não cumpre acordo? É lei, ele não pode deixar de dar a posse aos diretores, e não é só diretor, Ver. João Bosco, é toda a diretoria, é o secretário... As escolas estão assumindo o ano letivo sem gestão, sem condução. E mais: sexta-feira, o atual secretário Adriano fez um decreto acabando com a atuação dos professores no turno inverso, ou seja, na escola integral, tirando os professores que dão aula no turno inverso e fazendo com que esses professores que dão aula no turno inverso, por decreto, em cima da hora, vão para outras escolas. E agora está dizendo que vai trazer auxiliares, que vai trazer colaboradores para dar aula no turno inverso. O turno inverso tem que ter aulas dadas pelos professores. Então nós estamos aqui convidando a CECE, todos os colegas vereadores...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

**VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT):** ...Eu quero trazer aqui o convite, em nome da nossa Comissão, da CECE – amanhã, às 15h, vai sair deste Legislativo uma delegação em direção à Escola Neusa Brizola, que é símbolo da educação integral e que começou a ser atacada –, para o Sr. Secretário, Sr. Presidente, e todos os colegas vereadores e vereadoras que queiram amanhã enfrentar este debate do desmonte da educação do ensino fundamental da cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Paulo Brum reassume a presidência dos trabalhos.)

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB):** Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; Srs. Vereadores; eu entro, logo em seguida, na questão da discussão preliminar de Pauta, mas antes, como evidentemente não tenho tempo de liderança e é a minha última fala hoje dirigida aqui aos meus colegas de bancada do MDB, eu peço vênua para ler aqui uma manifestação dirigida ao presidente municipal do partido do MDB, o deputado Tiago Simon, e ao deputado Alceu Moreira. (Lê.): “Senhores Presidentes: Eu, Valter Luis da Costa Nagelstein, título eleitoral nº 052974250418, venho pelo presente, por razões de foro íntimo (e por outras tornadas públicas), requerer a minha desfiliação do partido Movimento Democrático Brasileiro, bem como a minha renúncia aos cargos de integrante dos diretórios. Agradeço a convivência que nestes 18 anos de vida partidária tive com os ilustres correligionários e tenho a certeza que nos três mandatos populares que tive, bem como nas funções públicas que exerci em nome do MDB, carreguei com dignidade a bandeira partidária. Levarei também com muita honra no meu currículo o fato de ter sido presidente do partido em Porto Alegre. Às vezes, encruzilhadas da vida impõem aos caminhantes caminhos diferentes. Sigo novo rumo em busca de realizar sonhos pessoais que, na verdade, são coletivos. Levo no alforje existencial, as melhores memórias e sentimentos em relação ao MDB e seus militantes. Requeiro as providências de estilo. Porto Alegre, 5 de março de 2020.” Protocolarei amanhã pela manhã, mas desde já quero dar ciência aos meus caros colegas. Quero agradecer muito ao Ver. Idenir Cecchim, nosso líder, e à Ver.<sup>a</sup> Lourdes Sprenger, especialmente ao Ver. Idenir Cecchim, as palavras generosas proferidas aqui na segunda-feira.

Sr. Presidente, quero falar rapidamente aqui sobre os projetos que estão na Pauta, projetos esses, Ver.<sup>a</sup> Cláudia Araújo, mirabolantes que nenhum de nós sabia e que o prefeito parece que, por três anos, dormiu em berço esplêndido e, ao final desses três anos, de repente, num tal dia do mês de janeiro de 2020, resolveu acordar, como em tantas outras questões, para a questão da mobilidade e do transporte coletivo na nossa cidade. Há a questão do projeto de lei complementar que dispõe sobre a cobrança da tarifa de congestionamento, que é a aplicação de um percentual sobre as corridas dos aplicativos da cidade. Outro projeto institui a TMU – Taxa de Mobilidade Urbana, que é a questão do pedágio para entrar em Porto Alegre, algo absolutamente absurdo, soa ser xenófobo esse projeto, porque nos afasta das outras cidades. E, em outro projeto, há a questão de invadir a legislação federal do vale-transporte para instituir mais um encargo sobre os empregadores da cidade, para vender, na verdade, uma demagogia igual àquela que a Frente Popular já vendeu no passado de dizer que cada empregador da cidade, ao pagar R\$ 150,00, num pagamento visando a ser coercitivo, ensinaria ao trabalhador andar de graça no transporte coletivo. Eu quero dizer que isso é história, isso não é verdade, isso é o desespero às vésperas de um ano eleitoral onde três anos se passaram

sem dar explicações, justificativas ou sem sequer caminhar na cidade e, no apagar das luzes, quer transferir, infelizmente, para os Srs. Vereadores. De novo, a minha solidariedade ao meu amigo Mauro Pinheiro, porque, novamente, hoje de manhã, na Rádio Gaúcha, o prefeito, em entrevista, transferiu para a Câmara de Vereadores essa responsabilidade. As gratuidades que compõem 35% do valor, em Porto Alegre, da passagem, nunca foram tratadas aqui, aquilo que de fato deveria ter sido atacado nunca foi. Recentemente a administração investiu R\$ 35 milhões em duas semanas criminosas de publicidade de uma cidade que não existe. Era como aquela cidade da Frente Popular, uma cidade que não existe. Esses R\$ 35 milhões, por exemplo, poderiam ter reformado 35 escolas ou 35 postos de saúde municipais. Esses R\$ 35 milhões somados aos R\$ 77 milhões de multas da EPTC – que eram R\$ 25 milhões no início do governo, que ele prometeu acabar e acabou triplicando o valor das multas da EPTC – compunham R\$ 100 milhões, que poderiam ser aplicados, por exemplo, num fundo para custear a passagem em Porto Alegre e não serem cobrados os R\$ 5,25 que estamos na iminência de pagar. Então, essa é uma questão, Ver. Mauro Pinheiro – fica aqui o meu registro –, que deveria ter sido pensada com antecedência, programada, planejada como tantas outras coisas. Aliás, hoje pela manhã, de novo, às vésperas da eleição, é aberta a trincheira da Av. Ceará. O governo levou 3,5 anos para abrir a trincheira da Ceará; o prefeito, hoje, na entrevista à Rádio Gaúcha, disse o seguinte: “Olha, nós nos deparamos, lá pelas tantas, com um erro no planejamento dessa obra”. Pois esse erro de planejamento não poderia ter sido diagnosticado, quem sabe, no primeiro mês do governo do atual prefeito? Não foi! Que não fosse no primeiro, no segundo mês. Não foi! Então, Srs. Vereadores, o que estamos observando é uma incapacidade de planejamento. E essa incapacidade de planejamento não fica patente só agora na questão da Av. Ceará, que foi inaugurada hoje; a incapacidade de planejamento fica patente na Av. Severo Dullius, que foi cancelada na semana passada, nas obras do entorno do Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, que, em 3,5 anos de administração, ainda não foram feitas.

E por último, Sr. Presidente, emendas parlamentares – eu até achei que não era crível, vi o Ver. João Bosco Vaz falar que o prefeito agora, de novo, no apagar das luzes, foi nas escolas de samba para dizer que vai doar R\$ 1 milhão para elas. Por que, durante três anos, não conversou com o pessoal do carnaval? Por que agora botou o carnaval ali na Cidade Baixa e destruiu a Praça Garibaldi, em vez de ter posto aqui no Anfiteatro Pôr-do-Sol, que era o espaço da Fan Fest, o espaço das grandes aglomerações? Exatamente pela mesma questão, porque falta capacidade de olhar para a cidade, de eleger prioridades e de saber fazer gestão, de saber administrar. Perdeu os recursos da Av. Severo Dullius, que desafogaria, entre outras coisas, essa trincheira da Ceará, que não permite nem que passem ônibus por ali ou grandes carretas.

Então, tudo isso não me surpreende, porque temos visto, inclusive, quando fui Presidente aqui, com o projeto Câmara na Rua, a reincidência de crônicas já anteriormente anunciadas, mas que denotam, que confirmam, que informam, que mostram, que evidenciam, mais uma vez, que esse governo infelizmente rodou...



(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

**VEREADOR ADELI SELL (PT):** Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; colegas vereadoras e vereadores; queria fazer uma saudação especial ao pessoal da inovação tecnológica, aos membros do governo que cuidam dessa questão, à presidente do Comcet e ao pessoal dos parques tecnológicos, que estão aqui para formatar conosco, depois de dois dias de debates, uma proposição para votar o nosso projeto que cria o fundo de inovação e tecnologia.

Dito isso, quero falar sobre o projeto que está na 1ª sessão de Pauta, que dispõe sobre a cobrança da tarifa de congestionamento. Amanhã à noite, nós teremos indiscutivelmente este local lotadíssimo de pessoas, porque nós faremos uma audiência pública, como tem que ser, para a gente poder debater as questões da mobilidade urbana de Porto Alegre, os seis projetos do governo. Aqui, na 1ª sessão de Pauta, nós temos essa cobrança da tarifa de congestionamento. Aqui tem toda uma discussão sobre o que é, de fato, a tarifa de congestionamento. Pela legislação pátria, nós teríamos que ter uma contraprestação de serviços. A questão é a seguinte: qual a efetiva prestação de serviços feita pela administração para que se cobre essa taxa de congestionamento? Há que se dizer que são a arrumação e a manutenção da via pública em condições de boa trafegabilidade. Não é o caso de Porto Alegre, onde nós chegamos até a fazer o rali dos buracos da capital. Nós verificamos, na legislação, que o pagamento deve ser feito pelas empresas de aplicativos; diga-se de passagem, duas delas - pelo menos - não pagam nem ISS aqui, e eu já tenho debatido, com o pessoal da Prefeitura, dizendo que o fato gerador é aqui, portanto, tendo fato gerador aqui, se cobra ISS aqui. Tem gente que vacila diante de algumas decisões da justiça, mas eu creio que esse é o caminho. E não é fortuito que tem inclusive uma proposição de modificação da legislação para deixar isso mais claro ainda. Dito isso, eu pergunto o seguinte: sendo uma empresa de aplicativos, a tarifa, a contrapartida não é dada para essa empresa, é dada para o automóvel e seu motorista, o condutor que leva pessoas de um ponto a outro - como é que se resolve essa questão? Eu acho que a formulação não está adequada. Nós temos que verificar isso junto à legislação e modificar efetivamente para que a gente não crie uma tarifa que não é tarifa, mas seria uma taxa. Porque também tem a taxa de mobilidade urbana e também há controvérsias sobre essa taxa, porque taxa é um tributo e, portanto, não poderá ser cobrada imediatamente, só no ano vindouro. Então, me parece que apressar a votação... E eu disse hoje ao líder do governo, que, dos seis projetos, a bancada do Partido dos Trabalhadores - a qual lidero, neste momento, junto com os nossos companheiros Oliboni, Sgarbossa e Comassetto - dará acordo à discussão dos projetos que mexem na taxa de gerenciamento, tirar os 3%, que diminuiria R\$ 0,15 o preço da passagem e também ao que teria tarifa diferenciada, dependendo dos horários. São essas as questões

que eu queria colocar aqui não sem antes mais uma vez saudar aqueles que trabalharam e estão aqui pelo projeto que cria o fundo de inovação e tecnologia e os servidores da Procempa, ciosos de suas responsabilidades. Mais uma vez estamos aqui conversando com as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores, porque há projetos de interesse na nossa Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre, uma companhia que já fez várias inovações e por isso eu louvo e espero que ela participe ativamente desta questão que nós vamos discutir em breve. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

**PRESIDENTE PAULO BRUM (PTB):** Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, a fim de entrarmos na Ordem do Dia. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Quatorze vereadores presentes. Não há quórum. Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 15h25min.)

\* \* \* \* \*